

ANC p8.6

ANCX

Só verba para Xavante foi de 27 milhões

A Fundação Nacional do Índio já despendeu mais de Cz\$ 27 milhões com os índios Xavante em suas duas administrações regionais (Xavantina e Barra do Garças), que administram as aldeias Xavante no Mato Grosso. Os recursos foram destinados a projetos de saúde e educação, além de atividades produtivas, apenas para os oito primeiros meses do ano.

Com uma população estimada em cinco mil indivíduos, os Xavante são a mais bem assistida comunidade indígena do País. Dispõem de mais de 2,5 milhões de hectares de terras totalmente demarcadas e, somente este ano, já têm prontos 300 hectares de roça de toco e mais de mil hectares de lavoura mecanizada.

O Projeto Especial Xavante, destinado a desenvolver uma ação emergencial junto àquela comunidade indígena, já implicou o desembolso, por parte da União, através da Fundação Nacional do Índio, de um total de Cz\$ 9 milhões. Trata-se de liberação mensal de recursos diretamente para as áreas indígenas.

Na última semana, o presidente Romero Jucá Filho autorizou o repasse de mais quatro milhões de cruzados para os índios Xavante dentro do projeto de atendimento especial para aquelas comunidades, que prevê ações básicas de saúde, educação e atividades produtivas.

CARENCIAS

Segundo Jucá, a verba destinada aos Xavante — que são a comunidade indígena que mais recursos recebe da atual administração — e ainda insuficiente. "Temos procurado atender às carências destes índios, mas é preciso recordar que o País tem uma população indígena de 250 mil índios. É preciso dosar os recursos com parcimônia e com a maior objetividade do ponto de vista das prioridades e das carências dos diversos grupos indígenas no País", afirmou.

O Brasil é um país muito grande e com grandes problemas. Há, inclusive, problemas de ordem econômica que não podem ser relegados a segundo plano, se temos a intenção de desenvolver um trabalho sério. O que eu não posso, simplesmente, é tirar o alimento da boca de um para colocar na boca de outro. Temos que repartir as nossas carências e, acima de tudo, repartir as soluções para estas carências, comentou o presidente da Funai.

Do ponto de vista assistencial e do repasse de verbas para as administrações regionais de Xavantina e Barra do Garças, portanto, os grupos Xavante não dispõem de base para reclamar da atual administração da Fundação Nacional do Índio.

CSN: "Documentos são verdadeiros"

O secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional — CSN — coronel Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro desmentiu, ontem, categoricamente, que o Conselho tivesse considerado "falsos" ou "imprestáveis" os documentos publicados pelo Jornal "O Estado de São Paulo", denunciando suposta participação do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — numa conspiração internacional contra o Brasil.

Segundo o coronel Mendes Ribeiro, "é falsa" a declaração atribuída a membros do Conselho de Segurança Nacional rejeitando os documentos denunciando a atuação do CIMI por considerá-los "imprestáveis". Ele não soube explicar a origem da matéria contendo essas declarações tendo como fonte o Conselho, mas disse que "estão usando o órgão indevidamente".

Talvez, alguém do CIMI esteja se utilizando deste artifício na tentativa de esvaziar a série de denúncias que vêm sendo publicadas contra ele".

SENADOR

O secretário-geral do CSN confirmou que o senador Ronan Tito (PMDB-MG) de fato manteve contatos com o Conselho, mas negou que em algum momento tivesse sido feito qualquer comentário contra a veracidade dos documentos referentes ao Conselho Indigenista Missionário. O coronel Mendes Ribeiro explicou que o Conselho de Segurança Nacional vem acompanhando o assunto, "até porque envolve a soberania nacional" da competência do órgão, mas não se posicionou sobre o tema.

A "conspiração internacional

contra o Brasil" vem sendo denunciada sistematicamente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" em uma série de reportagens. Ela estaria sendo orquestrada pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) — organismo ecumênico com sede em Genebra, e a execução desta conspiração estaria a cargo do CIMI, órgão vinculado à CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica.

De acordo com os documentos divulgados, a "conspiração" consistiria na tentativa de religiosos e leigos que trabalham junto aos índios de constituir, nos atuais territórios brasileiros e venezuelanos, um Estado lanomai, subtraindo 14% da Amazônia legal do controle estrito do Estado brasileiro, impondo o conceito de "soberania restrita" do Brasil sobre as áreas indígenas.

CIMI tem ajuda estrangeira

A "Misereor", entidade internacional de apoio a movimentos religiosos e organizações missionárias, vem contribuindo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Brasil com "sommas consideráveis", segundo correspondência enviada pela organização a Dom Jorge Marskell, da Prelazia de Itacoatiara, no Amazonas, lamentando não poder dar mais ajuda financeira para uma "nova etapa" do trabalho a ser feito junto aos índios Waimiri-atroari.

A denúncia desse apoio financeiro internacional ao CIMI partiu ontem do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), que recebeu cópia da carta enviada pela Misereor a Dom Marskell, em marco do ano passado. A correspondência informa, ainda, que o projeto do CIMI junto aos Waimiri-atroari (conhecido por Marewa) já recebeu doações de 22 mil marcos alemães por parte da entidade.

Na carta, assinada por Alfred Ruppert, em nome do Departamento América Latina, a Misereor também critica o projeto apresentado para apoio, afirmando julgar "como menos prioritário ter e manter um escritório específico (com secretária) em Brasília, apenas para o Marewa. Em nosso ver, tais trabalhos deviam e podiam ser assumidos pelo Secretariado Nacional do CIMI, para o qual a Misereor está contribuindo financeiramente com sommas consideráveis".

Cópia dessa correspondência foi enviada também para o



Nilson Gibson

CIMI Nacional e o padre Egdio Schwade, que chegou a ser expulso pela Funai da comunidade indígena do Amazonas onde atuava, em função de incitamento ao confronto com os brancos. Em sua avaliação, Misereor julga que "o trabalho do Marewa já mostrou e mostra ainda resultados positivos (a nível regional, nacional e internacional), portanto não vemos a necessidade absoluta de aumentar ainda a estrutura deste movimento".

ASSISTENCIA

Depois de relacionar a correspondência como "outra prova do envolvimento internacional em verdadeira cons-

piração contra o Brasil, a partir do trabalho e dos objetivos do CIMI de dividir o território e criar nações indígenas intocadas", o deputado Nilson Gibson apontou "revelações" da própria carta da Misereor para "comprovar o mau comportamento do CIMI e o mau uso dos recursos que recebe do exterior".

A carta enviada por Alfred Ruppert a Dom Marskell ainda admite a possibilidade da entidade enviar novos recursos, caso a solicitação fosse para aplicação em outras atividades.

"Se fosse planejado um projeto de assistência e assessoria direta com os indígenas em questão (p.ex. no setor de saúde, organização comunitária) poderíamos eventualmente tentar conseguir uma aprovação adicional (apesar do item "a", acima mencionado)", diz o texto de posse do deputado do PMDB pernambucano. O item "a" da carta informa que o Marewa foi apoiado por duas vezes pela entidade, com um total de 22 mil marcos alemães.

A Misereor tem sede na Alemanha Ocidental e o pedido de ajuda que motivou a carta em resposta — nova etapa do projeto Waimiri-atroari — tinha o número 233-0/215 A. A questão do pedido, posteriormente, ainda teria sido discutida pelo próprio Ruppert em sua visita ao Brasil (hóspede da Inspeção Salesiana em Manaus e Brasília), conforme propõe a carta em poder do deputado Nilson Gibson.